

Disclosure de Ativo Intangível: Um Estudo dos Clubes de Futebol Brasileiros¹

doi: 10.4025/enfoque.v33i1.21400

Duílio Ulhôa Leite

Aluno do Mestrado em Ciências Contábeis – CEPCON – FACE -
Universidade Federal de Minas Gerais
duipuc@yahoo.com.br

Laura Edith Taboada Pinheiro

Professora Adjunta do Mestrado em Ciências Contábeis –
CEPCON – FACE - Universidade Federal de Minas Gerais
ltaboada@face.ufmg.br

Recebido em: 16.07.2013

Aceito em: 30.10.2013

2ª versão aceita em: 16.11.2013

RESUMO

Os direitos federativos dos atletas são classificados como ativos intangíveis e representam o principal ativo dos clubes de futebol, desta forma, faz-se necessária uma divulgação clara deste ativo nas demonstrações contábeis destes clubes. Neste contexto, o objetivo deste artigo foi verificar quais variáveis influenciam o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros após o CPC-04 (Ativo Intangível) ter entrado em vigor. A população de estudo foi composta pelos 20 maiores clubes do Brasil com base nas receitas totais do ano de 2011. Foram analisadas variáveis por meio de um modelo de regressão linear múltipla com dados empilhados por meio dos estimadores de mínimos quadrados ordinários (MQO). Os dados foram obtidos a partir das demonstrações contábeis de 2010 e 2011 dos referidos clubes. Os resultados demonstraram que as variáveis “desempenho no campeonato brasileiro” e “receitas totais” influenciam positivamente o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados, ou seja, quanto melhor o desempenho no campeonato brasileiro e quanto maior as receitas totais obtidas pelos clubes de futebol, maior é o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis. Já a variável “representatividade do intangível” não se mostrou estatisticamente significativa, e desta forma, não foi possível efetuar nenhuma inferência sobre a relação entre esta variável e o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados.

Palavras-chave: Clubes de Futebol. Ativo Intangível. *Disclosure*.

Disclosure of intangible assets: a study of the brazilian soccer clubs

ABSTRACT

The federative rights of the athletes are classified as intangible assets and represent the main asset of soccer clubs, so it is necessary a clear disclosure of such asset in the financial statements of these clubs. In this context, the objective of this paper was to verify which variables influence the level of disclosure of intangible assets in the financial statements of the Brazilian soccer clubs after the CPC-04 (Intangible Assets) entered into force. The study population was composed by the 20 biggest clubs of Brazil based on total revenues of 2011. The variables were analyzed using a multiple linear regression model with pooled data using the estimators of ordinary least squares. Data were obtained from the financial statements of 2010 and 2011 of these clubs. The results showed that the variables “performance in the Brazilian championship” and “total revenues” positively influence the level of disclosure of intangible assets in the financial statements of the clubs analyzed, so, the better the performance in the Brazilian championship and the better the total revenues earned by soccer clubs, the greater is the level of disclosure of intangible assets in the financial statements. On the other hand, the variable “representativeness of the intangible” is not statistically significant, so it was not possible to

¹ Artigo apresentado no III Congresso ADCONT, Rio de Janeiro – RJ, 2012.

make any inference about the relationship between this variable and the level of disclosure of intangible assets in the financial statements of the clubs analyzed.

Keywords: *Soccer Clubs. Intangible Assets. Disclosure.*

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o futebol vem se tornando uma grande oportunidade de negócio. Antigamente tratava-se apenas de uma atividade de entretenimento, porém, com o aumento das receitas obtidas pelos clubes de futebol e a grande exposição destes clubes, mais investidores são atraídos para o negócio.

Segundo pesquisa da BDO RCS Auditores Independentes (2012), os 20 clubes com maiores receitas do futebol brasileiro, geraram uma receita bruta de R\$2,14 bilhões em 2011, o que representa um crescimento de 27% em relação a 2010. Nos últimos cinco anos, a receita bruta destes 20 clubes cresceu 73%. Este crescimento deveu-se principalmente às receitas com cotas de televisão e patrocínios, que aumentaram significativamente neste período.

Este elevado volume financeiro demonstra o grande potencial econômico do mercado do futebol. Desta forma, a divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol se torna importante no cenário econômico e assim, aumenta a necessidade de uma melhor divulgação das informações contábeis, contribuindo com a transparência dos dados aos usuários destas informações.

Iudícibus (2000) destaca que o objetivo principal da contabilidade, de prover informações úteis aos seus usuários, é atingido mediante a divulgação (*disclosure*) das demonstrações contábeis aos usuários externos.

Os estudos de Silva, Teixeira e Niyama (2009), Silva e Carvalho (2009) e Rezende, Dalmácio e Salgado (2010) analisaram variáveis que influenciam o nível de divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol de forma geral. No entanto, percebe-se a carência de estudos recentes que analisam especificamente a divulgação do intangível nos clubes de futebol, que é o ativo mais importante

destes clubes.

De acordo com Iudícibus *et al.* (2010), os direitos federativos, ou coloquialmente “passes”, representam o principal ativo de um clube de futebol e por natureza classificam-se como ativos intangíveis. Segundo Lev (2000), os ativos intangíveis podem ser importantes estrategicamente para o sucesso de uma organização, além disso, podem ser um diferencial de mercado para as organizações que os detêm e os mantêm atualizados.

Em função do processo de adoção dos IFRS no Brasil, o CPC-04 (Ativo Intangível) entrou em vigor para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2008, e após este período, identificou-se que apenas o estudo de Cardoso, Maia e Ponte (2012) analisou o nível de divulgação do ativo intangível em clubes de futebol. As autoras mencionaram que futuros estudos poderiam avaliar variáveis que influenciam o nível de divulgação deste ativo, pois esta não foi a abordagem utilizada na pesquisa.

Neste contexto, o presente estudo justifica-se na medida em que contribui para verificar quais variáveis influenciam o nível de divulgação especificamente do ativo intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros após o CPC-04 ter entrado em vigor.

Diante do exposto, levanta-se o seguinte problema de pesquisa: Quais variáveis influenciam o nível de divulgação do ativo intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros? O objetivo da pesquisa é verificar se as variáveis “desempenho no campeonato brasileiro”, “receitas totais” e “representatividade do intangível” influenciam o nível de divulgação do ativo intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DISCLOSURE

No Brasil, a contabilidade vem passando por um processo intenso de mudanças com a adoção dos IFRS a partir da promulgação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. De acordo com Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011), a adoção de normas internacionais propicia um processo de reflexão e crítica sobre o conjunto de demonstrações em relação ao objetivo da contabilidade de gerar informações para a tomada de decisões pelos diversos usuários, os quais acreditam que a harmonização internacional das normas contábeis é prioridade, urgente e inquestionável.

Para que os usuários das demonstrações contábeis possam tomar decisões com maior segurança, as demonstrações devem ser divulgadas adequadamente de acordo com as normas contábeis vigentes. A divulgação (*disclosure*) é a última fase do ciclo contábil, caracterizada, inicialmente, pelos processos de reconhecimento e mensuração. Souza (1995) define o *disclosure* como sendo qualquer divulgação deliberada de informação de uma empresa para o mercado, sendo quantitativa ou qualitativa, voluntária ou requerida, por meio de canais formais ou informais.

Segundo Dantas, Zendersky e Niyama (2004), o equilíbrio entre o custo e o benefício da divulgação define o quanto se deve evidenciar, ou seja, os benefícios decorrentes da informação devem exceder os custos de produzi-la. De acordo com Dalmácio e Paulo (2004), evidenciar é tornar evidente, mostrar com clareza aquilo que não oferece dúvida, que se compreende prontamente, representando um importante meio de comunicação sobre o desempenho de uma empresa aos seus interessados.

As demonstrações contábeis devem evidenciar informações relevantes e devem ser disponibilizadas em tempo hábil, possibilitando a tomada de decisão de forma tempestiva.

De acordo com Medeiros e Quinteiro (2005), o *disclosure* está diretamente ligado às

características qualitativas da informação contábil, como compreensibilidade, relevância, materialidade, credibilidade e comparabilidade. O *disclosure* corporativo não se limita às informações financeiras, pois há também, informações sobre produtos, consumidores, empregados, estratégia, governança corporativa, etc.

Bushman, Piotroski e Smith (2004), definem o conceito de transparência corporativa como a disseminação de informação relevante e confiável sobre o desempenho operacional, desempenho financeiro, oportunidades de investimento, governança, valores e riscos. Percebe-se assim, que o conceito de *disclosure* está diretamente relacionado ao conceito de transparência corporativa. Segundo Alam (2007), tem-se a ideia de que empresas com melhor *disclosure* são mais transparentes, entretanto, é importante salientar que a transparência corporativa é um caminho, e não um destino, já que nenhuma empresa é inteiramente transparente.

Dentre os estudos sobre a análise da divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol, destaca-se o de Ishikura (2005), que sugere que a transformação dos clubes em sociedades anônimas com ações negociadas em bolsa, seguindo o exemplo dos clubes ingleses e espanhóis, proporcionaria maior transparência na divulgação das demonstrações contábeis de acordo com normas mais rigorosas, como as exigidas para as empresas de capital aberto.

2.2 INTANGÍVEL

A importância do intangível deve ser considerada de forma positiva na continuidade das organizações. Stewart (1998) destaca que na nova economia, o conhecimento não é apenas um recurso ao lado de tradicionais fatores de produção, mas sim, o único recurso significativo atualmente.

De acordo com Santos *et al.* (2007), os bens intangíveis são aqueles que não podem ser tocados, porque não possuem corpo físico ou matéria. Para Hill (1999), os direitos de

propriedade podem ser estabelecidos em um bem imaterial, fornecendo valor econômico aos seus proprietários, no entanto, é um bem intangível por não possuir quaisquer dimensões físicas no espaço.

Martins (1972) destaca que os intangíveis são considerados ativos pela sua natureza de agentes de futuros resultados econômicos. Corroborando, Upton (2001) ressalta que os ativos intangíveis são recursos não físicos e geradores de prováveis benefícios econômicos futuros para a entidade que os controla.

Hendriksen e Van Breda (1999) mencionam que os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da contabilidade, muitas vezes pela dificuldade de definição, mas principalmente por causa das incertezas sobre a mensuração de seus valores e da estimativa de suas vidas úteis.

De acordo com o CPC-04 (2010), os ativos intangíveis são ativos monetários identificáveis e sem substância física. Para um ativo intangível ser reconhecido, é necessário que atenda às seguintes características:

- *Ser identificável*: um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição de um ativo intangível, quando for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou, quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade, ou de outros direitos e obrigações.
- *Ser controlado pela empresa*: a entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e também quando detém o poder de restringir o acesso de terceiros a estes benefícios.
- *Gerar benefício econômico futuro*: os benefícios econômicos futuros gerados por um ativo intangível podem incluir a receita

de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Ainda de acordo com CPC-04 (2010), para um ativo intangível ser reconhecido nas demonstrações contábeis, além de ser identificável, ser controlado pela empresa e gerar benefício econômico futuro, deve atender aos seguintes critérios:

- For provável que os benefícios econômicos futuros atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e
- O custo do ativo puder ser mensurado com confiabilidade.

Há diversos estudos que destacam a importância do intangível para as entidades, dentre eles, Bontis, Keow e Richardson (2000), Perez e Famá (2006) e Zéghal e Maaloul (2010), que comprovaram que o ativo intangível influencia no desempenho das organizações.

Em um estudo sobre intangível relacionado a futebol, Silva e Carvalho (2009) destacam que os clubes de futebol são empresas que transacionam valores expressivos, provenientes, grande parte das vezes, de recursos intangíveis, que são os atletas dos clubes. Para Iudícibus *et al.* (2010), a qualidade de um plantel associada ao desempenho em competições oficiais, resulta na geração de benefícios econômicos exclusivos para a entidade. Dentre os benefícios, destacam-se os contratos de publicidade, premiações por conquistas de competições, cotas para transmissão de jogos e receitas auferidas com a venda de produtos associados à imagem dos atletas ou à do próprio clube.

2.3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS CLUBES DE FUTEBOL

O Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, já normatizava as entidades desportivas no Brasil. De acordo com este Decreto-Lei, era proibido a organização e o funcionamento de entidade desportiva que resultasse lucro para os que nela empregassem capitais de qualquer forma.

A primeira lei que tratou mais especificamente sobre os clubes de futebol foi a Lei nº 6.354/76, conhecida como Lei do Passe. Esta lei garantia aos clubes formadores de jogadores, a possibilidade de usufruírem dos direitos sobre o futebol destes atletas.

Em 1993 foi criada a Lei nº 8.672/93, conhecida como Lei Zico. A novidade trazida por esta lei foi a possibilidade dos clubes de futebol serem gerenciados por entidades com fins lucrativos. A Lei Pelé (Lei nº 9.615/98) foi criada em 1998 e instituiu novas normas sobre o desporto brasileiro. Nesta lei há questões polêmicas como o “passe livre” e a obrigatoriedade dos clubes se transformarem em empresas comerciais.

Em 2003, outras duas leis foram criadas. A Lei nº 10.671/03, conhecida como Estatuto do Torcedor, trouxe alterações sobre os direitos dos torcedores, sendo estes reconhecidos como consumidores/clientes do futebol. Já a Lei de Moralização do Futebol (Lei nº 10.672/03), destaca a necessidade das entidades de administração de desporto e as de práticas desportivas envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, a elaborarem e publicarem até o último dia útil do mês de abril, as demonstrações contábeis de cada período, auditadas por auditores independentes. Segundo esta lei, as demonstrações contábeis devem ser elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76.

Em 2004 foi criada a Lei nº 10.891/04 que instituiu a Bolsa-Atleta. Neste mesmo ano, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou por meio da Resolução CFC nº 1.005/04, a NBC T 10.13, que trata dos aspectos contábeis em entidades desportivas. Esta norma disciplinou e padronizou critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais práticas esportivas.

Por fim, a Lei nº 12.395 de março de 2011, alterou a Lei nº 9.615/98 e a Lei nº 10.891/04. Além disso, revogou a Lei nº 6.354/76. A principal alteração desta nova lei se refere às indenizações por rupturas de contratos entre os atletas e as entidades desportivas.

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS AO TEMA

Iniciando a discussão sobre o registro dos atletas como ativos dos clubes de futebol, Morrow (1996) realizou um estudo para analisar se os potenciais serviços prestados pelos jogadores de futebol deveriam ser reconhecidos como ativos nos clubes. O estudo tratou esta perspectiva com base nas normas contábeis do Reino Unido. Por meio de um estudo de caso em um grande clube do futebol escocês, o autor utilizou quatro tipos de metodologia para avaliar estes ativos e concluiu que existiam argumentos suficientes para registrar os serviços prestados pelos jogadores de futebol como ativos contábeis e recomendou que os jogadores fossem avaliados por seus valores realizáveis.

Andrikopoulos e Kaimenakis (2006) realizaram um estudo tratando da análise do capital intelectual no âmbito do gerenciamento dos clubes de futebol. Os autores elaboraram um mapa de capital intelectual para mensurar a criação de valor dos recursos intangíveis em clubes de futebol. Foram consideradas variáveis como o desempenho dos jogadores, a lealdade dos torcedores e o desempenho dos clubes. A metodologia utilizada proporcionou a mensuração de um indicador da condição dos recursos dos clubes, fornecendo informações úteis tanto para a tomada de decisão interna quanto para os usuários externos interessados.

Com relação à divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol, Silva e Carvalho (2009) analisaram o nível de evidenciação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol que disputaram o campeonato brasileiro da série A de 2004 e concluíram que os clubes com melhor desempenho no campeonato brasileiro (principal campeonato do país) e com melhor desempenho financeiro (lucro líquido), divulgam as demonstrações contábeis com maior grau de evidenciação do que os times com pior desempenho.

Os autores Silva, Teixeira e Niyama (2009) analisaram o nível de evidenciação das demonstrações contábeis de 19 clubes que disputaram o campeonato brasileiro no ano de

2007, sendo 13 clubes da série A e 6 clubes da série B. Para verificar o nível de evidenciação das demonstrações contábeis destes clubes, os autores elaboraram um *check-list* com 48 itens baseado na Lei Pelé, na Resolução CFC 1.005/04 e na Lei nº 6.404 (alterada pela Lei nº 11.638). Por meio de uma análise de regressão, os autores verificaram que quanto maior o total de receitas obtidas pelos clubes de futebol e quanto melhor o desempenho dos clubes no campeonato brasileiro e na copa do Brasil, maior é o nível de evidenciação das demonstrações contábeis.

Rezende, Dalmácio e Salgado (2010) analisaram o nível de divulgação de 70 demonstrações contábeis de clubes de futebol brasileiros do período de 2001 a 2007. Os autores constataram que o nível de evidenciação está correlacionado positivamente ao tamanho econômico dos clubes e que após a inclusão de mecanismos coercitivos em função de novas legislações, observou-se um incremento no volume de informações divulgadas.

As autoras Raschka, Wallner, e Costa (2010) analisaram as demonstrações contábeis dos anos de 2005 a 2008 dos quatro clubes paulistas de futebol com maior número de torcedores, que são o Santos Futebol Clube, São Paulo Futebol Clube, Sociedade Esportiva Palmeiras e Sport Club Corinthians Paulista, no intuito de analisar a aderência com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil. A avaliação da aderência foi verificada com base em um índice elaborado pelas autoras, que aborda as exigências da NBC T 10.13, Lei 6.404 com respectivas alterações e Lei Pelé. Os resultados demonstraram que os clubes analisados possuem um alto nível de aderência às práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, com exceção do Corinthians, que teve um declínio nos anos 2007 e 2008, pela não apresentação das notas explicativas.

Holanda *et al.* (2011) avaliaram a associação entre o nível de observância das práticas de *disclosure* de custos com formação de atletas e os incentivos econômicos dos clubes de futebol por meio da análise de 69 demonstrações contábeis de clubes de futebol brasileiros no período de 2006 a 2009. As variáveis escolhidas

referentes aos incentivos econômicos foram: “tamanho”, “lucro”, “retorno”, “endividamento”, e “oportunidades de crescimento”. Os resultados forneceram subsídios para aceitar apenas a hipótese de que um maior nível de *disclosure* das informações dos custos com formação de atletas está associado a um maior tamanho (ativo total).

Rezende e Custódio (2012) verificaram se as publicações das demonstrações contábeis pelos clubes de futebol brasileiros adotam critérios contábeis uniformes com relação aos direitos federativos após a publicação da NBC 10.13. Foram analisadas as demonstrações contábeis publicadas nos anos de 2006 e 2007, compreendendo 11 clubes brasileiros da primeira divisão do campeonato brasileiro de 2007. Os resultados demonstraram que há uma adoção de critérios contábeis bastante distintos entre os clubes, sendo que alguns deles não atendem o que é exigido pela NBC 10.13. Os autores concluíram que há um baixo nível de comparabilidade e transparência entre as demonstrações contábeis analisadas.

Com relação à divulgação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol, as autoras Cardoso, Maia e Ponte (2012) elaboraram um *check-list* com 29 itens baseado no IAS-38 para mensurar o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos 10 maiores clubes de futebol do mundo e dos 10 maiores clubes de futebol do Brasil. As autoras efetuaram um teste de diferença de médias para verificar se havia diferença no nível de divulgação entre os dois grupos mencionados. Os resultados demonstraram que o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis é superior nos 10 maiores clubes de futebol do mundo.

Por meio dos estudos analisados, observa-se que há uma diversidade de assuntos tratados no âmbito do futebol, destacando-se aqueles relacionados à divulgação geral das demonstrações contábeis dos clubes de futebol. Apesar de haver uma pesquisa analisando o nível de divulgação do ativo intangível destes clubes, não foram estudadas variáveis que influenciam esta divulgação, que é o objetivo do presente estudo.

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois, segundo Silva (2006), uma pesquisa descritiva tem como principal objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. Quanto ao delineamento, a pesquisa caracteriza-se como documental. De acordo com Martins e Theóphilo (2007), uma pesquisa documental é caracterizada pelo uso de documentos como fontes de dados, informações e evidências, que no caso desta pesquisa são as demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros.

Este estudo caracteriza-se como quantitativo, pois, de acordo com Gonçalves e Meirelles (2004), as pesquisas quantitativas têm como elemento de apoio central a linguagem matemática como forma de expressão e tratamento.

Com relação aos procedimentos estatísticos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma regressão linear múltipla com a utilização de dados empilhados. Segundo Ragsdale (2001), a análise de regressão é um método de modelagem que avalia a relação entre uma variável dependente Y e uma ou mais variáveis independentes X com o objetivo de identificar a melhor função que descreve a relação entre estas variáveis. De acordo com Levine, Berenson e Stephan (2000), o modelo de regressão linear múltipla é expresso por:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_p X_{pi} + \varepsilon_i$$

Foram realizados testes de hipóteses para verificar se os β são estatisticamente significativos a um nível de significância de 5%, que é o nível comumente utilizado em pesquisas da área de ciências sociais.

$$H_0 = \beta = 0 \text{ (hipótese nula)}$$

$$H_1 = \beta \neq 0 \text{ (hipótese alternativa)}$$

Desta forma, se $\beta = 0$, X_i não é útil para explicar o comportamento de Y_i .

Para estimar os β foi utilizado o método dos mínimos quadrados ordinários (MQO). O “Stata” foi o software utilizado nas análises.

Selecionou-se uma população de estudo com os 20 maiores clubes de futebol do Brasil de acordo com um estudo da BDO RCS Auditores Independentes (2012), que identificou os 20 maiores clubes ordenados em função das maiores receitas totais de acordo com as demonstrações contábeis de 2011. Os dados do presente estudo foram obtidos por meio das demonstrações contábeis dos anos de 2010 e 2011 dos referidos clubes. As demonstrações foram obtidas nos *websites* oficiais de cada clube.

As variáveis utilizadas na regressão foram:

Variáveis independentes:

a) *Desempenho no campeonato brasileiro*: pontuação final de cada clube no campeonato brasileiro, obtida por meio do *website* da CBF (Confederação Brasileira de Futebol). Os autores Silva e Carvalho (2009) e Silva, Teixeira e Niyama (2009) concluíram por meio de estudos que os clubes com melhor desempenho no campeonato brasileiro (principal campeonato do país) divulgaram as demonstrações contábeis com maior grau de evidenciação que os times com pior desempenho.

b) *Receita total*: receitas totais anuais evidenciadas nas demonstrações de resultados de cada clube de futebol. Foram considerados os montantes registrados nas rubricas “receitas operacionais”, “outras receitas operacionais” e “receitas financeiras”. Utilizou-se o logaritmo natural das “receitas totais” de cada clube, com o objetivo de aproximar os dados, uma vez que há um alto grau de amplitude entre as menores e maiores receitas, em função da diferença de porte dos clubes. Os autores Silva, Teixeira e Niyama (2009) verificaram que quanto maior o total de receitas obtidas pelo clube de futebol, maior foi o nível de evidenciação das demonstrações contábeis.

c) *Representatividade do intangível*: proporção do “intangível total” sobre o “ativo total”. Estes

dados foram obtidos por meio dos balanços patrimoniais das demonstrações contábeis de cada clube de futebol. Entende-se que quanto maior a representatividade do intangível sobre o ativo total, maior deve ser o nível de divulgação do intangível, de forma que as contas relevantes das organizações devem possuir notas explicativas que as expliquem bem, contribuindo para a melhoria do entendimento dos usuários das demonstrações contábeis.

Variável dependente:

Nível de divulgação do intangível: elaborou-se um *check-list* com 34 itens baseados nos itens de divulgação informados no CPC-04 (Ativo Intangível). Por meio do *check-list*, verificou-se a quantidade de itens divulgados nas demonstrações contábeis de cada clube de futebol.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Da população de estudo, composta pelos 20 maiores clubes do futebol brasileiro identificados no estudo da BDO RCS Auditores Independentes (2012), se fez necessário excluir 5 clubes em função destes registrarem os direitos federativos “passes” dos atletas na rubrica do imobilizado, em desacordo com a legislação vigente. Como este estudo tem o intuito de avaliar variáveis que influenciam o nível de divulgação do intangível (em função dos direitos federativos, principal ativo dos clubes de futebol, estarem registrados nesta rubrica), foi necessário efetuar estas exclusões, conforme demonstrado na Tabela 1.

De posse das demonstrações contábeis dos 15 clubes que compõem a amostra final, avaliou-se o nível de divulgação do intangível por meio de um *check-list* com 34 itens baseados no CPC-04. O resultado da evidenciação geral pelos clubes está demonstrado na Tabela 2.

Tabela 1 - 20 maiores clubes de futebol brasileiros (valores em R\$ mil).

Ranking	Clube	UF	Receita total - 2011	Campeonato brasileiro - 2011	Amostra final
1	Corinthians	SP	290.489	Série A	Sim
2	São Paulo	SP	226.063	Série A	Sim
3	Internacional	RS	198.212	Série A	Sim
4	Santos	SP	189.113	Série A	Sim
5	Flamengo	RJ	185.005	Série A	Sim
6	Palmeiras	SP	148.114	Série A	Sim
7	Grêmio	RS	143.303	Série A	Sim
8	Vasco da Gama	RJ	136.591	Série A	Não
9	Cruzeiro	MG	128.692	Série A	Sim
10	Atlético	MG	99.801	Série A	Sim
11	Fluminense	RJ	80.174	Série A	Sim
12	Coritiba	PR	66.577	Série A	Sim
13	Botafogo	RJ	59.544	Série A	Sim
14	Figueirense	SC	40.712	Série A	Sim
15	Vitória	BA	34.234	Série B	Não
16	Portuguesa	SP	29.153	Série B	Sim
17	São Caetano	SP	25.342	Série B	Sim
18	Grêmio Barueri (Prudente)	SP	21.383	Série B	Não
19	Goiás	GO	17.101	Série B	Não
20	Ponte Preta	SP	16.319	Série B	Não

Fonte: Adaptado de BDO RCS Auditores Independentes (2012).

Tabela 2 - Check-list (Itens 118 a 128 do CPC-04) e nível de evidenciação dos clubes.

ITEM	NATUREZA	Nível evidenciação
118- A entidade deve divulgar para cada classe de ativos intangíveis:	N/A	N/A
a) distinção entre intangíveis gerados internamente e outros intangíveis;	Obrigatório	93%
b) distinção entre intangíveis com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas;	Obrigatório	30%
c) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;	Obrigatório	93%
d) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada no início e final do período;	Obrigatório	97%
e) as perdas acumuladas no valor recuperável no início e no final do período;	Obrigatório	0%
f) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;	Obrigatório	93%
g) a conciliação do valor contábil no início e no final do período.	Obrigatório	100%
A entidade deve demonstrar na conciliação do valor contábil no início e no final do período:	N/A	N/A
f.i) as adições;	Obrigatório	37%
f.ii) as adições, indicando separadamente as geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de combinação de negócios;	Obrigatório	0%
f.iii) ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda;	Obrigatório	0%
f.iv) aumento ou reduções durante o período, decorrentes de reavaliações e perda por desvalorização de ativos reconhecida ou revertida diretamente no PL;	Obrigatório	0%
f.v) provisões para perdas de ativos, reconhecidas no resultado do período;	Obrigatório	30%
f.vi) reversão de perda por desvalorização de ativos, apropriada ao resultado do período;	Obrigatório	0%
f.vii) qualquer amortização reconhecida no período;	Obrigatório	100%
f.viii) variações cambiais líquidas geradas pela conversão das demonstrações contábeis para a moeda de apresentação e de operações no exterior para a moeda de apresentação da entidade;	Obrigatório	0%
f.ix) outras alterações no valor contábil durante o período.	Obrigatório	43%
119- As classes de ativos intangíveis devem ser separadas (agregadas) em classes menores (maiores) se isso resultar em informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis.	Obrigatório	93%
120- A entidade deve divulgar informações sobre ativos intangíveis que perderam o seu valor em função da redução ao valor recuperável de ativos.	Obrigatório	0%
121- Divulgar a natureza e o valor das mudanças nas estimativas contábeis com impacto relevante no período corrente ou em períodos subsequentes. Essa divulgação pode resultar de alterações:	N/A	N/A
a) na avaliação da vida útil de ativo intangível;	Obrigatório	0%
b) no método de amortização;	Obrigatório	0%
c) nos valores residuais.	Obrigatório	0%
122- A entidade também deve divulgar:	N/A	N/A
a) o valor contábil dos ativos intangíveis avaliados com tendo vida útil indefinida;	Obrigatório	0%
b) os motivos e fatores importantes que fundamentam a avaliação dos ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida;	Obrigatório	0%
c) a descrição de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;	Obrigatório	17%
d) o valor contábil de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;	Obrigatório	13%
e) o prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis da entidade;	Obrigatório	13%
f) em relação a ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais e inicialmente reconhecidos ao valor justo:	N/A	N/A
f.i) o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos;	Obrigatório	0%
f.ii) o valor contábil;	Obrigatório	0%
f.iii) se são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação;	Obrigatório	0%
g) a existência e os valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita e os valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações;	Obrigatório	0%
h) o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis.	Obrigatório	0%
123- Se refere a considerações para o item 122.	N/A	N/A
124 e 125 se referem a divulgações com relação ao método de reavaliação que não é permitido no Brasil de acordo com as normas vigentes atualmente.	N/A	N/A
126 e 127- A entidade deve divulgar o total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período.	Obrigatório	0%
128 - É recomendável, mas não obrigatório, que a entidade divulgue:	N/A	N/A
a) descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação;	Opcional	0%
b) breve descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atendem aos critérios de reconhecimento do CPC 04, ou porque foram adquiridos ou gerados antes de sua entrada em vigor.	Opcional	0%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos 32 itens de divulgação obrigatórios de acordo com o CPC-04, 18 itens (56%) não foram divulgados por nenhum dos clubes analisados, além disso, os 2 itens de divulgação opcionais não foram divulgados por nenhum dos clubes. Isso demonstra, de forma geral, um baixo nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol analisados. Este resultado corrobora os achados de Rezende e Custódio (2012), que constataram que as demonstrações contábeis de 2006 e 2007 de 11 clubes brasileiros da primeira divisão do campeonato brasileiro possuem um baixo nível na transparência e divulgação das informações referentes aos direitos federativos dos clubes. De forma mais ampla, Cardoso, Maia e Ponte (2012) verificaram que o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos maiores clubes de futebol brasileiros é mais baixo em relação ao nível de divulgação dos maiores clubes do mundo.

De forma geral, os *itens mais evidenciados* pelos clubes de futebol analisados na presente pesquisa foram:

- A distinção entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis;
- Os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
- O valor contábil bruto e eventual amortização acumulada no início e no final do período;
- A rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída;
- A conciliação do valor contábil no início e no final do período;
- Qualquer amortização reconhecida no período; e
- Classes de ativos intangíveis agregadas em classes menores (maiores) resultando em informação mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis.

Quanto aos *itens menos evidenciados ou não evidenciados* pelos clubes, destacam-se:

- Informações sobre ativos intangíveis que perderam seu valor em função da redução ao valor recuperável de ativos;
- Descrição de qualquer ativo individual relevante para as demonstrações contábeis;
- Prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual relevante para as demonstrações contábeis; e
- Descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação.

Além dos itens de intangível divulgados pelos clubes de futebol, foram obtidos os dados das variáveis “desempenho no campeonato brasileiro”, “receitas totais” e “representatividade do intangível”, conforme explicado na parte de metodologia deste estudo. Na Tabela 3 estão apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis analisadas.

O modelo de regressão utilizado para verificar quais variáveis influenciam o nível de divulgação do intangível foi:

$$NDI_i = \beta_0 + \beta_1DCB_{1i} + \beta_2RT_{2i} + \beta_3RI_{3i} + \varepsilon_i$$

Em que:

NDI_i = Nível de divulgação do intangível

β_0 = Intercepto do modelo (constante)

β_1, β_2 e β_3 = Coeficientes angulares do modelo

DCB_{1i} = Desempenho no campeonato brasileiro

RT_{2i} = Ln (Receitas totais)

RI_{3i} = Representatividade do intangível

ε_i = Resíduos

Os resultados do modelo de regressão estão demonstrados na Tabela 4.

Antes de analisar os resultados, se faz necessário testar os principais pressupostos para utilizar os estimadores de MQO em regressões lineares. Adotou-se o procedimento usual de validação das inferências conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 3 - Estatísticas descritivas das variáveis.

	Divulgação do intangível	Desempenho no campeonato brasileiro	Ln Receitas totais	Representatividade do intangível
Mínimo	6	43	9.74	0.01
Máximo	13	81	12.58	0.66
Média	8.53	58.2	11.38	0.15
Desvio-padrão	2	9.35	0.81	0.15

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 4 - Resultados do modelo de regressão.

Variáveis	β	t	Valor P	Número de observações	=	30
DCB	0.0848223	2.59	0.016	F (3, 26)	=	8.5
RT	1.639242	4.48	0.000	Prob > F	=	0.0004
RI	-0.0588069	-0.03	0.977	R ²	=	0.4952
Constante	-15.04605	-2.91	0.007	R ² ajustado	=	0.4370

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 5 - Testes dos pressupostos.

Pressuposto	Teste utilizado	H ₀	Valor P	Nível de significância	Resultado
Normalidade dos resíduos	Omninorm	Normalidade dos resíduos	0.6065	0.05	Não rejeita H ₀
Heterocedasticidade dos resíduos	BPG	Variância dos resíduos é constante	0.1212	0.05	Não rejeita H ₀
Especificação do modelo	Reset	Forma funcional corretamente especificada	0.2531	0.05	Não rejeita H ₀
Multicolineariedade	FIV	FIV < 10 não há problema de multicolineariedade	FIV = 1.18	N/A	Não rejeita H ₀

Fonte: Dados da pesquisa.

Além da validação dos pressupostos, testou-se a correlação entre as variáveis do modelo e não se observou variáveis com alto grau de correlação, o que também foi corroborado pelo resultado do teste de especificação do modelo.

Conforme pode-se observar na Tabela 4, o modelo possui um nível de explicação de 43.70%, e, como não houve problema de especificação, entende-se que a forma funcional adotada possui uma boa capacidade preditiva.

A análise de cada variável utilizada no modelo de

regressão está demonstrada a seguir:

- Variável “Desempenho no campeonato brasileiro”

H_0 = O nível de divulgação do intangível não está relacionado ao desempenho no campeonato brasileiro

H_1 = O nível de divulgação do intangível está relacionado ao desempenho no campeonato brasileiro

A variável apresentou um Valor P de 0.016, que é menor que o nível de significância de 0.05, desta forma, rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que esta variável é estatisticamente significativa, ou seja, influencia o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados. Além disso, a variável apresenta um sinal positivo, de acordo com o esperado, ou seja, quanto melhor o desempenho no campeonato brasileiro, maior é o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis.

O resultado encontrado corrobora os resultados obtidos por Silva e Carvalho (2009) e Silva, Teixeira e Niyama (2009), que concluíram que quanto melhor o desempenho dos clubes no campeonato brasileiro, maior o nível de divulgação das demonstrações contábeis. Ainda que estes autores tenham avaliado o nível de divulgação das demonstrações contábeis de forma geral, no presente estudo avaliou-se o nível de divulgação especificamente do intangível e os resultados foram coerentes.

Os clubes de futebol com melhor desempenho em campeonatos têm maior destaque na mídia, o que contribui para um maior número de interessados nestes clubes e em suas respectivas demonstrações contábeis. Estes clubes atraem, principalmente, a atenção de patrocinadores, uma vez que patrocinando estes clubes, um maior público terá conhecimento de suas marcas. Sendo assim, uma divulgação clara das demonstrações contábeis dos clubes de futebol com melhor desempenho em campeonatos, contribui para que patrocinadores e demais interessados possam analisar, de forma geral, as informações destes clubes, podendo resultar em algum tipo de relacionamento futuro.

- Variável “Receitas totais”

H_0 = O nível de divulgação do intangível não está relacionado às receitas totais

H_1 = O nível de divulgação do intangível está relacionado às receitas totais

A variável apresentou um Valor P de 0.000, que é menor que o nível de significância de 0.05,

desta forma, rejeita-se a hipótese nula e conclui-se que esta variável é estatisticamente significativa, ou seja, influencia o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados. Além disso, a variável apresenta um sinal positivo, como era esperado, ou seja, quanto maior o total de receitas auferidas pelos clubes de futebol, maior é o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis.

O resultado encontrado corrobora o resultado obtido por Silva, Teixeira e Niyama (2009), que também verificaram que quanto maior o total de receitas obtidas pelos clubes de futebol, maior o nível de divulgação das demonstrações contábeis.

Os clubes de futebol com maiores receitas tendem a atrair mais investidores, pois estes procuram estabelecer parcerias com clubes geradores de receitas relevantes, com o intuito de obter retorno sobre o investimento. Desta forma, torna-se interessante para estes clubes, divulgar informações mais robustas nas demonstrações contábeis, de forma a demonstrar claramente a situação financeira e atrair novos investidores. Além disso, com maiores receitas, os clubes ganham maior destaque e, assim, uma divulgação mais transparente das informações contribui para o melhor entendimento dos diversos usuários das demonstrações contábeis.

Neste sentido, Rezende, Dalmácio e Salgado (2010) analisaram o nível de divulgação das demonstrações contábeis de clubes de futebol brasileiros e constataram que o nível de evidenciação está correlacionado positivamente ao tamanho econômico dos clubes analisados, corroborando assim, os argumentos expostos.

- Variável “Representatividade do intangível”

H_0 = O nível de divulgação do intangível não está relacionado à representatividade do ativo intangível sobre o ativo total

H_1 = O nível de divulgação do intangível está relacionado à representatividade do ativo intangível sobre o ativo total

A variável apresentou um Valor P de 0.977, que é maior que o nível de significância de 0.05, desta forma, não se pode rejeitar a hipótese nula. Sendo assim, conclui-se que, ao contrário do esperado, esta variável não é estatisticamente significativa, portanto, não é possível fazer nenhum tipo de inferência da relação entre esta variável e o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados.

Esperava-se que quanto maior a representatividade do intangível, mais interessante seria a divulgação detalhada deste ativo para os clubes, de forma a destacá-lo nas demonstrações contábeis, no entanto, esta premissa não pôde ser comprovada estatisticamente.

5 CONCLUSÕES

O mercado futebolístico apresenta-se em constante crescimento, além disso, por ser uma das principais práticas desportivas mundiais, gera grandes reflexos na esfera econômica, atraindo investidores e contribuindo para o crescimento do esporte, o que gera a necessidade de uma maior qualidade nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol.

Observou-se a existência de estudos sobre práticas contábeis e divulgação das demonstrações contábeis dos clubes de futebol, no entanto, percebeu-se uma carência de estudos que analisam as variáveis que influenciam o nível de divulgação especificamente do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros após o CPC-04 ter entrado em vigor. Desta forma, o presente estudo buscou analisar por meio de um modelo de regressão linear múltipla, quais variáveis influenciam o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis de 2010 e 2011 dos 20 maiores clubes do futebol brasileiro.

Os resultados demonstraram que quanto melhor o “desempenho no campeonato brasileiro” e quanto maior as “receitas totais” auferidas pelos clubes de futebol, maior é o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos

clubes analisados. Já a variável “representatividade do intangível” não se mostrou estatisticamente significativa.

Entende-se que quanto melhor o desempenho dos clubes de futebol no campeonato brasileiro (principal campeonato do país) e quanto maior o total de receitas obtidas, maior é a exposição destes clubes e consequentemente, maior é o interesse de patrocinadores e investidores. Desta forma, se faz necessário divulgar uma demonstração contábil mais transparente, de forma a atender ao maior número de usuários destas informações, o que foi comprovado por meio do modelo de regressão utilizado neste estudo.

A limitação deste estudo refere-se ao fato de que a amostra foi baseada apenas nos maiores clubes de futebol brasileiros e também ao fato de que algumas demonstrações contábeis destes clubes não classificam os direitos federativos dos atletas no intangível, sendo assim, estas demonstrações contábeis foram excluídas da amostra final, resultando em uma análise de dados mais restrita.

Para futuras pesquisas, sugere-se avaliar quais variáveis influenciam o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol do exterior e comparar os resultados com os dos clubes brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALAM, J. **Financial Disclosure in developing countries with special reference to Bangladesh**. Belgium, 2007. Ph.D Dissertation – University of Ghent, Belgium, 2007. Disponível em: <<http://www.feb.ugent.be/nl/index.asp>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

ANDRIKOPOULOS, A.; KAIMENAKIS, N. **Introducing Intellectual Capital Analysis to Soccer Club Management: An Integrated Map of Intangible Sources of Value. Working Papers Series**, jun. 2006.

BDO RCS Auditores Independentes. **Finanças dos clubes de futebol do Brasil em 2011**.

2012. Disponível em: <http://www.bdobrazil.com.br/PDFs/Noticias/Financas_2011.pdf>. Acesso em 26 maio 2012.

BONTIS, N.; KEOW, W. C. C.; RICHARDSON, S. Intellectual Capital and Business Performance in Malaysian Industries. **Journal of Intellectual Capital**, v. 1, n. 1, p. 85-100, 2000.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=15259>>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 6.354 de 2 de setembro de 1976**. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Brasília, 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6354.htm>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.672 de 6 de julho de 1993**. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8672.htm>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.671 de 15 de maio de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.672 de 15 de maio de 2003**. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.672.htm>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.891 de 9 de julho de 2004**. Institui a Bolsa-Atleta. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato

2004-2006/2004/lei/l10.891.htm>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 05 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 05 jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.395 de 16 de março de 2011**. Altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12395.htm>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BRASIL. **NBC-T-10.13 de 4 de novembro de 2004**. Dos aspectos contábeis específicos em entidades desportivas profissionais. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=nbct1013ind>>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BRASIL. **Resolução CFC nº 1.005 de 17 de setembro de 2004**. Aprova a NBC T 10.13 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades desportivas profissionais. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1005.htm>. Acesso em: 07 jun. 2012.

BUSHMAN, R.; PIOTROSKI, J.; SMITH, A. What

determines corporate transparency. **Journal of Accounting Research**, v. 42, p. 1-53, 2004.

CARDOSO, V. I. C.; MAIA, A. B. G. R.; PONTE, V. M. R. Práticas de *disclosure* do ativo intangível em clubes de futebol. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico nº 04 (revisão 1), de 5 de novembro de 2010**. Ativo Intangível. Disponível em <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 29 abr. 2012.

DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. A Evidenciação Contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2004.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2004. CD-ROM.

GONÇALVES, C. A.; MEIRELLES, A. M. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HILL, P. Tangibles, intangibles and services: a new taxonomy for the classification of output. **Canadian Journal of Economics**, Montreal, v. 32, n. 2, 1999.

HOLANDA, A. P. *et al.* Incentivos econômicos do nível de *disclosure* contábil dos clubes de futebol profissional brasileiros. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.

ISHIKURA, E. R. **Contabilidade de clubes brasileiros de futebol profissional** – alguns

aspectos relevantes. 2005. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEAUSP, São Paulo, 2005.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEV, B. A matemática da nova economia. **HSM Management**, São Paulo, ano 4, n. 20, p. 34-40, maio/jun. 2000.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. **Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MARTINS, E. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEAUSP, São Paulo, 1972.

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, O.; QUINTEIRO, L. Disclosure of accounting information and stock return volatility in Brazil. **Social Science Research Network**. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=835726>. Acesso em 5 jun. 2012.

MORROW, S. Football Players as Human Assets. Measurement as the Critical Factor in Asset Recognition: A Case Study Investigation. **Journal of Human Resource Costing & Accounting**, v. 1, Iss. 1, p. 75-97, 1996.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças** – USP, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 7-24, jan./abr. 2006.

RAGSDALE, C. T. **Spreadsheet Modeling and**

Decision Analysis. 3. ed. Ohio: South-Western College Publishing, 2001.

RASCHKA, I. M.; WALLNER, R. J. G.; COSTA, K. B. Contabilidade Esportiva: Um estudo sobre a evidenciação das Demonstrações Contábeis dos clubes paulistas de futebol. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010.

REZENDE, A. J.; CUSTÓDIO, R. S. Uma análise da evidenciação dos direitos federativos nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 6, n. 3, p. 229-245, jul./set. 2012.

REZENDE, A. J.; DALMÁCIO, F. Z.; SALGADO, A. L. Nível de *disclosure* das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 36-50, maio/ago. 2010.

SANTOS, J. L.; SCHMIDT, P.; FERNANDES, L. A.; MACHADO, N. P. **Teoria da contabilidade**: introdutória, intermediária e avançada. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, C. A. T. S.; TEIXEIRA, H. M.; NIYAMA, J. K. Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise dos clubes de futebol brasileiros. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

SILVA, J. A. F.; CARVALHO, F. A. A. Evidenciação e desempenho em organizações desportivas: um estudo empírico sobre clubes de futebol. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP**, v. 3, n. 6, p. 96–116, maio/ago. 2009.

SOUZA, P. R. E. de B. **Análise do atual estágio de *disclosure* das companhias abertas no mercado de capitais brasileiro e contribuições para o seu aprimoramento**. 1995. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

STEWART, T. A. **Capital intelectual**: a nova vantagem competitiva das empresas. 14. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

UPTON, W. S. Business and financial reporting, challenges from the new economy. **Financial Accounting Series** – Special Report. FASB. USA, abril, 2001.

YAMAMOTO, M. M.; PACCEZ, J. D.; MALACRIDA, M. J. C. **Fundamentos da contabilidade**: A nova Contabilidade no contexto global. São Paulo: Saraiva, 2011.

ZÉGHAL, D.; MAALOUL, A. Analysing value added as an indicator of intellectual capital and its consequences on company performance. **Journal of Intellectual Capital**, v. 11, n. 1, p. 39-60, 2010.

Endereço dos Autores:

Rua dos Bandolins 188
Ap. 3
Bairro Conjunto Califórnia 1
Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
30850-470